



Estado da Bahia  
**MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**  
**PROCURADORIA MUNICIPAL**

**PARECER JURÍDICO** referente ao Procedimento Administrativo nº 220/2025

*“Dispõe sobre análise de legalidade da inscrição em dívida ativa referente a multa administrativa do Sr. Alberto da Silva Santos”.*

Trata-se de solicitação de análise jurídica acerca da legalidade da inscrição em dívida ativa do Sr. **Alberto da Silva Santos**, CPF nº 009.072.465-83, em razão de multa imposta por suposto descumprimento do Decreto Municipal nº 54, de 16 de abril de 2021. Conforme informado, a penalidade decorre da alegada realização de um evento particular em abril de 2021, em desconformidade com as determinações do referido decreto municipal, que tratava das medidas de enfrentamento à pandemia da COVID-19.

Entretanto, após averiguação conjunta com o Setor de Tributos, verificou-se que não há nos arquivos municipais qualquer Procedimento Administrativo instaurado à época, tampouco qualquer notificação encaminhada ao Sr. Alberto da Silva Santos, no sentido de dar-lhe ciência da infração supostamente cometida e possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**É o Relatório.**

**Segue Parecer Jurídico**

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

Cabe ao órgão de Assessoramento Jurídico prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade dos atos praticados e de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Nesse sentido, o órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade.

Rua Argemiro Evaristo da Costa, nº 177, Centro, Retirolândia-BA, CEP 48750-000  
Tele-Fax: (75) 3202-1176





**Estado da Bahia**  
**MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**  
**PROCURADORIA MUNICIPAL**

Dessa forma, compreende-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive o detalhamento acerca das especificações quanto à existência ou não de Procedimento Administrativo, DEVEM SER regularmente apurados pela área técnica do órgão competente e conferidos pela autoridade responsável.

**FUNDAMENTAÇÃO:**

A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso LV, consagra o princípio do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, no âmbito dos processos judiciais e administrativos. Tal princípio é basilar em qualquer atuação da Administração Pública que possa gerar efeitos gravosos ao administrado, como é o caso de aplicação de sanções e multas.

Ademais, conforme estabelece a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, mas cuja aplicação é subsidiária nos entes municipais na ausência de norma específica, o devido processo administrativo exige a instauração formal de procedimento, com a devida notificação do interessado, a fim de garantir-lhe a oportunidade de apresentar defesa e provas.

A ausência de procedimento administrativo, com respectiva notificação do suposto infrator, vicia de nulidade o lançamento da penalidade, impedindo a sua exigibilidade e, conseqüentemente, sua inscrição em dívida ativa.

A jurisprudência é pacífica no sentido de que a nulidade do auto de infração ou da penalidade aplicada sem observância do devido processo legal administrativo enseja a sua anulação, ainda que a infração em tese tenha ocorrido, dada a imprescindibilidade da legalidade e do devido processo para validade do ato sancionador.

Ressalva-se, ainda, entendimentos jurisprudenciais em casos parecidos, quer sejam, em que houve anulação de Rua Argemiro Evaristo da Costa, nº 177, Centro, Retirolândia-BA, CEP 48750-000  
Tele-Fax: (75) 3202-1176





Estado da Bahia  
**MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**  
**PROCURADORIA MUNICIPAL**

multas aplicadas por infrações às medidas sanitárias. Em São José do Rio Preto, por exemplo, o Legislativo municipal aprovou uma lei anistiando multas por desrespeito à quarentena. Em nível estadual, a Lei nº 17.843/2023, de São Paulo, especificamente no Art. 36 da referida Lei, perdoou multas aplicadas por descumprimento de medidas sanitárias durante a pandemia.

Desta feita, é notória a necessidade de Procedimento Administrativo no caso em questão, tendo em vista que todo ato da administração pública municipal deve ser acompanhado através de Processo Administrativo, ressaltando-se, ainda, o princípio do amplo contraditório e da defesa.

**CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, **opino** pela anulação da multa imposta ao Sr. Alberto da Silva Santos, inscrita em dívida ativa, tendo em vista a inexistência de procedimento administrativo regular e a violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. A manutenção da exigência da multa, nessas condições, implicaria afronta direta ao devido processo legal, tornando o crédito tributário correspondente insubsistente.

**Recomenda-se**, portanto, o imediato cancelamento da inscrição em dívida ativa referente ao débito em questão, com as devidas anotações nos registros competentes.

**É o parecer.**

Devolvo o processo para que sejam encetados os esforços necessários à efetivação *in casu*.

Retirolândia/BA, 09 de abril de 2025.

**ILGNER LEVI DIAS MAGALHÃES OLIVEIRA**  
Procurador Municipal – OAB/BA 76.690